

FHC vai destacar avanços na área social

Balanços preliminares da economia em 96 mostram que as previsões do governo, à exceção da inflação, foram frustradas

por Liliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso tentará minimizar os resultados negativos das contas externas e do setor público em 1996 em pronunciamento que fará amanhã às 9h30 em cadeia de rádio e tevê. Ele vai contrapor os déficits da balança comercial, o fraco crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a piora nas finanças públicas com os avanços registrados na estabilização da inflação e com dados indicando melhora na área social. Antes de falar à população, FHC vai se reunir com a maioria dos ministros.

Durante seu pronunciamento, Fernando Henrique vai argumentar que, apesar da persistência de alguns problemas – como o déficit fiscal, queda nas exportações e o custo Brasil alto –, aumentaram a renda e o consumo de alimentos básicos nas camadas mais pobres da população. Além disso, lembrará a redução nas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo. Este quadro vai se contrapor aos balanços preliminares de 1996, já suficientes para sinalizar que o governo foi bastante otimista no final de 1995 ao fazer previsões para este ano.

Até novembro, o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) já acumula um déficit operacional – inclui juros das dívidas interna e externa – de R\$ 12,35 bilhões, o equivalente a 1,78% do PIB. No ano passado, de janeiro a dezembro, o déficit foi um pouco menor, de R\$ 11,31 bilhões (1,64% do PIB). Em novembro, este déficit foi de R\$ 2,29 bilhões, frente a R\$ 1,64 bilhão registrado em outubro. A conta de juros reais líquidos pagos neste ano está quase igual a do ano passado – R\$ 14,83 bilhões frente a R\$ 14,61 bilhões.

No conceito primário, que exclui o impacto do crescimento da dívida interna em função dos juros reais acima da inflação, o resultado também não foi bom. No acumulado do ano, os gastos do governo central também tiveram um desempenho pior que o de 1995: o superávit caiu de 0,56% para 0,37% do PIB. Somente em novembro o governo central gastou R\$ 952 milhões além do que arrecadou. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fa-



José Roberto Mendonça de Barros

zenda, José Roberto Mendonça de Barros, disse ontem ao divulgar estes dados que a Previdência Social foi responsável por R\$ 458 milhões do déficit primário total de R\$ 952 milhões em novembro, enquanto o restante da administração federal foi deficitário em R\$ 494 milhões. Os detalhes da execução financeira do Tesouro em novembro serão divulgados hoje.

Mas não é somente o desempenho das contas do governo federal que ficou bem abaixo das previsões otimistas do início do ano.

Levantamento do Ministério da Fazenda mostra que até setembro, o déficit primário (exclui a conta de juros) dos estados e municípios foi de R\$ 4,38 bilhões, dos quais a maior parte – R\$ 1,68 bilhão, ou seja, 38,4% –, foi de gastos decorrentes da estrutura de gastos, como pessoal e encargos sociais.

Os empréstimos tomados junto à Caixa Econômica Federal para pagamento de dívidas em atraso, no valor de R\$ 1,38 bilhão, representaram 31,6% do déficit. As emissões de precatórios neste ano autorizadas pelo Senado somaram R\$ 895 milhões (20,4% do total) e os programas de demissões voluntárias nos estados contribuíram com 9,6% do rombo (R\$ 420 milhões).

O mesmo otimismo que inspirou as previsões do início deste ano está presente nas análises de final de ano da equipe econômica. Para Mendonça de Barros, que no final de 1995 chegou a prever um superávit de US\$ 2,5 bilhões na balança comercial, o déficit em conta corrente de 3% do PIB que deverá ser registrado até dezembro é “tranqüi-

Os números de 1996

	Previsões iniciais	Resultados
Balança comercial	Superávit de US\$ 2,5 bilhões	Déficit de US\$ 3,754 bilhões (até nov.)
Inflação	13% a 15%	Cerca de 10%
Saldo em conta corrente	Déficit em torno de 3% do PIB	Déficit de 2,98% do PIB (até out.)
Contas do setor público*	Déficit operacional de 2,5% do PIB	Déficit de 3,8% do PIB até set.)
Contas do governo federal	Superávit primário de 1% do PIB	Superávit de 0,62% do PIB (até set.)
Contas dos estados e municípios	Pequeno superávit primário	Déficit primário de 0,79% do PIB (até set.)
Evolução do PIB	4% a 4,5%	3% a 3,5%

Fonte: Ministério da Fazenda.

* Engloba governo federal, estados, municípios e estaduais.

lamente financiável” pela entrada de capitais estrangeiros. Os investimentos diretos no país já superaram US\$ 8 bilhões neste ano. Segundo Mendonça de Barros, não é possível avistar nenhum problema que possa mudar o quadro de continuidade do financiamento do déficit em conta corrente, que até outubro foi de 2,89% do PIB.

O governo admite que os “esqueletos” enfrentados neste ano contribuíram em muito para piorar as contas públicas. Mesmo assim, o secretário de Política Econômica acredita que a reforma do sistema financeiro, por exemplo, custou pouco ao país em comparação com os ajustes feitos em outros países. Os recursos liberados pelo Proer

deverão ficar em 1% do PIB. Segundo ele, as medidas já tomadas afastaram o risco de uma crise sistêmica no setor financeiro, mas ele defende a continuidade de alguns ajustes. Do total de 271 bancos existentes no País, 59 deles já passaram por algum processo de ajuste. Deste total, seis usaram tomar empréstimos no Proer.